

A FAU PENSA A GRADUAÇÃO FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO • UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Jacques Marcovitch – Reitor

Prof. Dr. Adolfo José Melphi – Vice-Reitor

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio – Diretora

Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein – Vice-Diretora

Comissão de Graduação da FAU (1999)

Membros titulares

Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva – Presidente

Prof. Dr. Silvio Soares de Macedo – Vice-Presidente

Prof. Dr. Joaquim Manoel Guedes Sobrinho

Prof. Dr. Philip Oliver Mary Gunn

Profa. Dra. Ana Lúcia Duarte Lanna

Aluna Giselle Megumi Martino Tanaka

Membros suplentes

Prof. Dr. Arnaldo Antônio Martino

Prof. Dr. Luiz Américo Souza Munari

Prof. Dr. José Luiz Fleury de Oliveira

Prof. Minoru Naruto

Aluno Jonas M. da Silva

Secretária

Magali Baroni Cangussu

Capa

Laura Teixeira

Projeto Gráfico

Adaptação do projeto de Laura Teixeira para a publicação *Informações Gerais & Programas de Graduação*

Produção Gráfica

LPG - Laboratório de Programação Gráfica FAUUSP

Distribuição

Fundação para a Pesquisa Ambiental - FUPAM
Rua do Lago, 876 Cidade Universitária Butantã
05508-900 São Paulo SP Brasil
Tel (11) 818.4815

Sumário

5	Introdução
9	Ciclo de Debates – objetivos e forma de organização
	Quadro-síntese e Relatório da reunião com professores
11	1 GD-Projeto de Edificações (AUP)
19	2 GD-Conforto Ambiental (AUT)
25	3 GD-História da Arquitetura (AUH)
31	4 GD-Estudos de Urbanização (AUH)
39	5 GD-Paisagem e Ambiente (AUP)
49	6 GD-Construção (AUT)
59	7 GD-Planejamento (AUP)
67	8 GD-Metodologia (AUT)
73	9 GD-Desenho Industrial (AUP)
81	10 GD-Programação Visual (AUP)
87	11 GD-Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo, GD-História da Arte, GD-História da Técnica (AUH)
93	Capítulos em aberto. A serem desenvolvidos após seminário
	1 Principais Convergências
	2 Elementos Para Possíveis Mudanças

Prefácio

Este importante documento, *A FAU PENSA A GRADUAÇÃO*, que relata os resultados do Ciclo de Debates sobre o ensino da graduação, não poderia ter sido divulgado em ocasião mais oportuna, pois é unanimidade na FAU a necessidade imediata de termos elementos para levarmos adiante a discussão sobre a reforma na estrutura do ensino de graduação.

Esse esforço de fazer a FAU se comunicar internamente, de auto-analisar-se, de se rever, de realizar uma reflexão crítica, já tinha sido percebido por ocasião do seminário promovido pela Comissão de Pesquisa, em 1998, “O que a FAU pesquisa em seu Cinquentenário”. Nessa ocasião, constatamos que pesquisas desenvolvidas num departamento não eram conhecidas nos demais, e mais grave que isso, algumas pesquisas teriam maior sucesso se houvesse maior intercâmbio de informações entre os pesquisadores, que fossem criados grupos de pesquisas afins, que rompessem

os limites dos departamentos. Hoje, essa necessidade é mais premente, e o trabalho em boa hora desenvolvido pela Comissão de Graduação, permitirá através da análise dos conteúdos das disciplinas, repensar de maneira abrangente, a reforma na estrutura de ensino de graduação. Sugiro que essa ampla discussão tenha início imediato e envolva toda a FAU.

Não posso deixar de louvar o esforço dos membros da Comissão de Graduação, que durante meses, empenharam-se em reunir os professores da Casa para participarem do Ciclo de Debates, e especialmente do Prof. Ricardo Toledo Silva, que teve o trabalho de reunir neste volume os relatos e os debates que eles suscitaram.

Maria Ruth Amaral de Sampaio
Diretora da FAUUSP

a FAU pensa a graduação Introdução

O Ciclo de Debates ora relatado é apenas a parte inicial de um processo de pensar a graduação, que tem origem em uma série de discussões internas à Comissão de Graduação – CG iniciadas em 1998. Naquela ocasião, instada pela Pró-Reitoria de Graduação e pela Diretoria da FAU a contribuir no debate nacional sobre conteúdos mínimos de graduação coordenado pelo MEC, a CG realizou uma série de reuniões extraordinárias – cerca de 12 – entre seus membros, exclusivamente voltadas à discussão de conteúdos. Todos se deram conta, de imediato, de um grande paradoxo: por que uma solicitação sobre conteúdo nos forçava a ter reuniões extraordinárias, entrando noite adentro, se a comissão se reunia ordinariamente pelo menos uma vez por mês? Não seria de se esperar que as respostas para tais questões estivessem presentes no dia a dia da CG, de forma que suas funções ordinárias fossem sempre orientadas por um entendimento seguro acerca dos conteúdos?

Na ocasião nos demos conta de que os trabalhos normais da CG estavam assimetricamente concentrados na resolução de problemas formais trazidos pelo Serviço de Graduação, e que raras vezes se abriam oportunidades concretas para considerações mais profundas sobre conteúdo. Quando, no final do mesmo ano, a comissão examinava o processo de reforma curricular do Departamento de Projeto, essa lacuna tornou-se mais evidente: faltavam instrumentos para uma análise mais abrangente sobre os impactos dessa reforma na estrutura de ensino de graduação em seu todo. Evidentemente cada um dos membros isoladamente formava suas opiniões e, em particular, os representantes do Departamento de Projeto tinham elementos mais seguros de convicção – favoráveis ou contrários – sobre a reforma proposta. Mas ficava claro para todos que à Comissão de Graduação como um todo faltava um substrato comum que lhe permitisse enxergar com clareza as necessidades do curso de graduação, independentemente das posições específicas nela representadas.

O fato de ser uma instância interdepartamental, equidistante das prioridades individuais de cada departamento, confere à CG uma grande legitimidade para harmonizar os conteúdos das várias áreas de conhecimento, que contribuem para a formação do arquiteto, examinando sinergias e redundâncias, identificando lacunas e propondo novos caminhos. Mas para que este caráter interdepartamental

seja efetivo, é preciso que a CG como um todo trabalhe uma cultura de ensino de graduação permanentemente atualizada, que dê espaço à riqueza e complexidade dos conteúdos da FAU, sem perder de vista os objetivos centrais do curso de arquitetura e urbanismo. É na busca dessa cultura que se fundamenta o Ciclo de Debates a seguir relatado, como parte de um processo mais profundo de pensar a graduação na FAU.

O relato dos debates que tiveram lugar neste ciclo foram organizados na forma de reprodução não literal das intervenções individuais. As palavras utilizadas são de responsabilidade do relator (o presidente da CG), referindo-se à fala do relatado, com base nos registros gravados e escritos das seções. Em alguns casos, entre colchetes, o relator agrega expressões subentendidas no contexto da intervenção, a partir da interpretação dos registros. Foi feita, quando cabível, a consolidação de trechos em que um mesmo participante complementava uma mesma idéia básica em diferentes oportunidades ao longo do debate. Em que pese todos os cuidados tomados no sentido de exprimir com a maior fidelidade possível os pensamentos expostos, o relator desde logo pede desculpas por eventuais distorções. As áreas envolvidas são muito diversificadas e os conceitos emitidos muitas vezes têm um significado peculiar no contexto da área de conhecimento, nem sempre captado corretamente por quem não é da área. Por outro lado, a eventual submis-

são deste relato à revisão de cada um dos participantes tomaria um tempo incompatível com a necessidade de prosseguir e aprofundar os trabalhos de pensar a graduação.

A qualidade técnica das gravações, realizadas precariamente pelos próprios membros da CG, não ajudou os trabalhos de relato. Em muitos casos estes foram baseados quase que exclusivamente nas anotações feitas ao longo das sessões, que obviamente não têm como reproduzir todas as nuances das intervenções. Por tudo isso, este documento não deve ser visto como uma edição definitiva, mas como primeiro passo de um processo maior, no qual certamente haverá espaço para retificação das possíveis imprecisões.

Os debates foram focalizados em conteúdos e estrutura didática, entrando secundariamente na formalidade da estrutura curricular – cargas horárias, requisitos, etc. Estas são mencionadas apenas quando se mostram condicionantes inequívocos de questões de conteúdo. A título de ajuda de memória foram incluídos quadros-sínteses das disciplinas dos grupos participantes de cada debate. No entanto, para informações mais detalhadas sobre a estrutura curricular formal, inclusive, conteúdos declarados nas ementas, deve ser consultado o documento *Informações Gerais e Programas de Graduação*, publicado pela FAUUSP em 1999.

Os relatos refletem ênfases e ordenamentos distintos de assuntos em cada grupo, a despeito da existência de um

roteiro preliminar – bastante flexível – que balizava as discussões (ver Seção 1). Estas diferenças foram mantidas no presente relatório, uma vez que a própria forma de organizar os assuntos prioritários reflete a cultura específica de cada uma das áreas de debate. Não é escopo deste fazer uma avaliação comparativa dos grupos, mas pensar a graduação da forma mais aberta possível. Optou-se por não ordenar os GDs segundo os departamentos a que pertencem, mas apresentá-los segundo a ordem cronológica dos debates, tendo em vista evitar as amarras da estrutura formal. Os debates foram propostos tendo como interlocutores não as estruturas departamentais, mas os docentes e alunos, com toda a sua criatividade. No limite, o pensar a graduação pode levar a profundas modificações e mesmo desdobramentos ou fusões dos atuais departamentos e grupos de disciplina. Não seria coerente, nesse termos, organizar esse pensar segundo a estrutura formal vigente.

O processo de pensar a graduação da FAU deverá envolver vários aprofundamentos dos debates ora relatados. Dentre eles se destacam a formação de grupos bilaterais de articulação, entre as áreas identificadas com maior potencial – e urgência – de entendimento. Ao longo dos relatos são identificados vários deles e será preciso estabelecer uma escala para funcionamento desses grupos, muitos deles possivelmente em paralelo. A CG deverá ter papel ativo em todos eles, mas sua vocação maior está na articulação en-

tre grupos de diferentes departamentos. Outras linhas de aprofundamento insistentemente sugeridas ao longo dos debates são as formas de absorção de atividades de pesquisa e de cultura e extensão no curso de graduação. Estas envolvem uma revisão profunda dos trabalhos de graduação, incluindo os próprios espaços da FAU. Também importante é a sistematização das várias propostas relativas ao ensino de arquitetura produzidas pela comunidade da FAU, algumas delas citadas ao longo dos debates, incluindo desde as mais antigas até as atuais, sejam elas de corte horizontal – voltadas a toda a estrutura da FAU – ou vertical, quando relativas a departamentos ou GDs em particular. A leitura cuidadosa dos relatos e seu debate, em seminário envolvendo toda a FAU, certamente permitirão a identificação de outras linhas de aprofundamento visando o objetivo comum de aprimorar o curso de graduação.

Cumpramos destacar que para os membros da Comissão de Graduação, que tiveram o privilégio de participar desses debates, a visão sobre a FAU foi definitivamente modificada. Todos expressaram, de diferentes formas, o profundo respeito que lhes inspira a riqueza e a complexidade dos conteúdos abordados nesta Faculdade, sem exceção tratados com a maior seriedade e com as melhores intenções de contribuir para uma formação sólida de nossos alunos. Ao longo desses debates consolidou-se uma tradição da CG no sentido de que os membros suplentes sempre participem

ativamente dos trabalhos, respeitadas as restrições regulamentares a voto quando não substituindo efetivamente os membros titulares. Mas na prática da construção de novos caminhos para a FAU, a CG não distingue seus membros titulares e suplentes, com destaque – entre os últimos – à atuação dos colegas José Luiz Fleury de Oliveira e Minoru Naruto, que demonstraram obstinada dedicação na busca de esclarecimento às questões mais profundas que afetam o ensino de graduação na FAU, independentemente da forma que tenham hoje seus vínculos com a CG.

Reconhecemos e destacamos o apoio recebido da Diretoria da FAU, na pessoa da Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio, que desde o início estimulou e participou ativamente do Ciclo de Debates ora relatado, assim como da Pró-Reitoria de Graduação da USP, na pessoa da Profa. Dra. Ada Pellegrini Grinover, pelo constante incentivo a busca de caminhos inovadores e ao debate democrático na estrutura de graduação da universidade.

Ricardo Toledo Silva

Presidente da CG-FAU 1999

a FAU
pensa a
graduação

Ciclo de Debates

Objetivos e forma de organização

Objetivos

1 - ampliar o conhecimento da comissão acerca de questões de conteúdo e didática que afetam o dia a dia do ensino de graduação na FAU, tendo em vista fundamentar com base nessa realidade as decisões e encaminhamentos de sua competência;

2 - propiciar um espaço aberto de discussão sobre conteúdo e didática a todos os docentes e representantes discentes do curso de graduação da FAU, tendo em vista o aprimoramento permanente de sua estrutura;

3 - harmonizar as propostas e programas dos departamentos e dos grupos de disciplina tendo em vista a complementariedade entre os diversos conteúdos ministrados em benefício da formação do arquiteto.

Organização

Os debates foram organizados em seções dedicadas a cada Grupo de Disciplinas da FAU, abertas aos docentes de outros GDs e representantes discentes nos vários colegiados da FAU, procurando-se alternar – na seqüência – GDs pertencentes a cada um dos três departamentos. A alternância não foi perfeita, como se pode verificar na ordem dos debates, devido a problemas de agenda e compatibilização com outras atividades.

Como subsídio à preparação aos debates foi previamente enviado um roteiro a todos os participantes, ressaltando tratar-se de documento indicativo e não diretivo. Desde o início os debates foram orientados no sentido de respeitar ao máximo a diversidade das áreas de conhecimento da FAU e a imposição de um roteiro diretivo rígido seria incompatível com essa premissa. O quadro que se segue resume as principais questões sugeridas para debate.

Roteiro indicativo de temas a abordar. Ênfase conforme as especificidades de cada grupo

1. Os conteúdos das disciplinas ministradas no processo de formação do arquiteto

Que parcelas de conhecimentos básico e específico elas envolvem, que partes essenciais da formação do arquiteto preenchem?

Quais são as melhores abordagens didáticas para as disciplinas em discussão: aulas expositivas, seminários, trabalhos práticos (em prancheta, de campo, de laboratório) e outras?

Considerando a questão anterior, quais os principais requisitos – humanos, materiais, carga horária – para que a transmissão de conhecimento seja eficaz?

Seria razoável pensar que alguns dos conteúdos acadêmicos das disciplinas hoje ministradas viessem eventualmente a se transformar em atividades de cultura e extensão universitária? E, vice-versa, há conteúdos que hoje integram as atividades de cultura e extensão que deveriam ser incorporados ao conteúdo formal das disciplinas?

Processo de avaliação

• até que ponto se restringe aos conteúdos ministrados nas disciplinas em si ou, por razão de sua própria abrangência, considera conhecimentos dados em outros grupos de disciplinas?

• como o processo de avaliação poderia ser incorporado à abordagem didática das disciplinas, no sentido de permitir efetiva recuperação ao longo dos cursos?

2. O conjunto de disciplinas do grupo e sua consistência interna

Existe uma continuidade de conteúdo entre as diferentes disciplinas do grupo? (incluindo obrigatórias e optativas)

As linhas de pesquisa e a vivência profissional dos integrantes do grupo são consistentes com os conteúdos didáticos das disciplinas ministradas?

3. Relações com outras disciplinas / conjuntos de disciplinas da FAU (ou de outras unidades, se for o caso). Como é hoje e como deveria ser

Relações de complementariedade

• entre disciplinas do próprio grupo

• entre disciplinas do grupo e outras do mesmo departamento

• entre disciplinas do grupo e disciplinas de outros departamentos da FAU

• entre disciplinas do grupo e disciplinas de outras unidades (IME, PCC, PTR, PHD, outros)

Superposições / redundâncias

• entre disciplinas do próprio grupo

• entre disciplinas do grupo e outras do mesmo departamento

• entre disciplinas do grupo e disciplinas de outros departamentos da FAU

• entre disciplinas do grupo e disciplinas de outras unidades (IME, PCC, PTR, PHD, outros)

a FAU
pensa a
graduação
Ciclo de Debates

**Quadro-síntese e Relatório da reunião
com professores**

1. GD-Projeto de Edificações (AUP)

Data: 20 de abril de 1999

Presentes pelo GD-Projeto de Edificações

Adilson Costa Macedo, Antonio Carlos Sant'Anna Jr., Arnaldo Martino, Dario Montesano, Edgar Gonçalves Dente, Helena Aparecida Ayoub Silva, Marcos de Azevedo Acayaba, Maria Luiza Correa, Siegbert Zanettini, Sylvio Barros Sawaya.

Presentes pela CG-FAU

Ricardo Toledo Silva, Silvio Soares Macedo, Ana Lúcia Duarte Lanna, José Luiz Fleury de Oliveira, Minoru Naruto, Giselle M. M. Tanaka.

Docentes de outros GD's

Julio Maia de Andrade, Khaled Goubar

1.1 Quadro-síntese

disciplinas	semestre ideal	créditos		carga horária
		aula	trabalho	
obrigatórias				
AUP-0146 Arquitetura - Projeto II	2º	3	1	150
AUP-0148 Arquitetura - Projeto III	3º	3	1	75
AUP-0150 Arquitetura - Projeto V	5º	6	2	150
AUP-0152 Arquitetura - Projeto VI	6º	6	2	150
AUP-0154 Arquitetura - Projeto VII	7º	6	2	150
AUP-0608 Fundamentos de Projeto (*)	1º	12	4	300
optativas				
AUP-0171 Arquitetura - Projeto/Optativa I	8º	6	2	150
AUP-0173 Arquitetura - Projeto/Optativa II	9º	6	2	150

Conforme Estrutura Curricular 1999-2000. Ver *Informações Gerais & Programas de Graduação*. São Paulo: FAUUSP, 1999.

(*) Disciplina comum aos GDPR, GDPL, GDDI, GDPA, GDPV.

1.2 Relatório da reunião com professores¹

Trabalhos abertos pelo presidente da CG-FAU, que explicou aos presentes os objetivos dos debates e a organização básica dos tópicos de discussão.

O Prof. Arnaldo Martino destacou a oportunidade do debate, tendo em vista a necessidade premente de modernização do ensino na FAU e o fato de que as questões de conteúdo são freqüentemente relegadas a segundo plano por falta de tempo. A seguir passou a descrever os principais princípios e elementos programáticos que orientaram o processo de reestruturação de disciplinas do Departamento de Projeto, implantado a partir de 1998. Como principais atributos da reforma destaca a criação de uma disciplina de Fundamento de Projeto para o primeiro ano, que integra as cinco áreas de Projeto do departamento. Em seu segundo ano de implantação, essa estrutura se aperfeiçoou apresentando visível sucesso, devendo ser estendida aos demais semestres do curso. A reestruturação, sempre segundo o Prof. Martino, tem como eixo fundamental a atividade de projeto, que no primeiro semestre de curso é distribuída em quatro tardes por semana, restando uma tarde livre para trabalhos. Os trabalhos são acompanhados por professores de todos os grupos de disciplinas e têm seus conteúdos encadeados desde abordagens iniciais sintáticas/gramaticais até o projeto desenvolvido.

A reestruturação partiu da necessidade de rever conteúdos e quantidades de trabalhos exigidos dos alunos, que se organizam nos ciclos de fundamentos (1º semestre) e básico (até o 5º semestre) mediante assistência de professores oriundos dos vários grupos de disciplinas do departamento. A partir do 6º semestre inicia-se um ciclo de concentração centrado em disciplinas de edifício e de urbanismo e campos de aprofundamento correspondentes às disciplinas optativas de cada grupo. No 9º semestre caracteriza-se uma atividade de “pré-TFG”, baseada na escolha do aluno sobre duas disciplinas optativas das áreas de PR, PL, DI, PV ou PA segundo queira. O TFG, agora reduzido a um semestre, deve encaminhar conteúdos abordados desde os fundamentos até as optativas de aprofundamento, cursadas a título de “pré-TFG”. No geral, ainda segundo o Prof. Martino, essa estrutura propicia a retomada do ateliê como local de produção de trabalho, que deve ser modernizado para acolher novas atividades.

O Prof. Edgar Dente declarou seu empenho em apoiar o processo de debate proposto pela CG e ponderou que é papel central desta trabalhar pela melhoria do ensino. Destaca que a função de coordenação é tanto mais necessária quanto mais diversas são as atividades envolvidas e que até agora, na FAU, os debates têm se dado quase que exclusivamente em torno de problemas específicos (TGI, GD, etc.). Vê o processo recente de reestruturação do Departamento de Projeto com olhar crítico, ressaltando o caráter ainda inicial da experiência, que como tal

(1) Gravação prejudicada na maior parte. Relato predominantemente baseado em anotações.

deve ser observada, analisada e eventualmente corrigida. Observa que a excessiva radicalização do debate, na FAU, tem levado à formação de partidos e de questões fechadas, o que precisa ser evitado.

Segundo o Prof. Dente, deve-se observar o processo de reforma não só do ponto de vista de seus conteúdos e fundamentos, mas também relativamente à prática dos trabalhos. Questiona se a organização das atividades de ateliê em disciplinas de dois dias seguidos, de fato tem contribuído para a intenção inicial da reforma – a valorização do trabalho de ateliê – ou se, ao contrário, a tem esvaziado. Entende que aulas de dois dias consecutivos, com exceção do caso do primeiro semestre, tendem a ser improdutivas, observando que em muitos casos os alunos deixam de comparecer no segundo dia. Observa também ser o horário excessivamente rígido, inclusive, com respeito à tarde reservada para estudos. Relata experiência recente em que constatou haver apenas dois alunos trabalhando em ateliê em uma tarde de quarta-feira.

Observa ainda que a grande rigidez na estrutura de ensino tem levado a situações paradoxais no que respeita os conteúdos exigidos. Dá como exemplo o caso de alunos de 3º semestre do curso de graduação desenvolvendo planos diretores de cidades médias, a seu juízo sem a necessária base de conhecimentos para fazê-lo. Entende que neste momento a reforma curricular deve ocorrer também no âmbito dos outros dois departamentos da FAU e que deve haver empenho de todos no sentido de deixar de lado as polarizações e trabalhar por um curso no qual os departamentos sejam harmonizados, de maneira a resgatar

o conceito de espaço aberto [de ensino] e seus pressupostos que se foram perdendo.

O Prof. Sylvio Sawaya destaca que do papel dinâmico da CG depende todo o processo de ensino na FAU e que esta comissão deve constituir-se em um tipo de fórum, fortalecendo os canais de representação interna da Faculdade. Observa que o meio externo tem sofrido uma série de mudanças e que muitas delas não foram percebidas na FAU. Dentre elas destaca a presença maciça de entidades de ensino privado na formação de arquitetos e a maior relatividade de conceitos, que formam as bases da arquitetura e de seu ensino, a começar pela própria “mundialização” daquela. Argumenta que a discussão da arquitetura como valor está subvertida e que o projeto em sua prática tradicional corresponde ainda a uma proposta renascentista. Isso faz com que valores sejam postos em xeque: a realidade mostra-se diferente daquilo que pressupõem os valores; o mundo anda mais rápido do que os valores que se quer rever. Observa ser necessário uma nova dialética de projeto, na qual se venha a estudar e aprender a realidade. Declara-se contrário à reestruturação do ensino com base em idéias [tradicionais] de projeto associado à herança renascentista, mas partidário da formulação daquilo que se quer diferente do plano, dos grandes rumos da produção das coisas. [Na visão tradicional] a arquitetura anônima não foi valorizada e os esforços foram concentrados na discussão sobre o projeto que remanesce do esforço renascentista.

Entende o Prof. Sawaya que a FAU deve trabalhar por um novo ateliê e declara seu apoio radical a um entendimento nesse

sentido. Defende a idéia de um *laboratório de arquitetura* na FAU, no qual se trabalhassem projetos significativos e de ponta, de forma que as indagações sobre os rumos dos projetos se dessem no âmbito do próprio laboratório. Recomenda que nesses trabalhos sejam incorporadas atividades de pesquisa de cultura e extensão, inclusive bolsas de iniciação científica.

Em aparte o Prof. Arnaldo Martino esclarece que tal laboratório serviria como espelho a um futuro ateliê na FAU, que teria na crítica da arquitetura um componente central de produção do projeto. Observa ser, nesse sentido, imprescindível considerar a arquitetura como ente urbano – não como objeto, obra fechada – e vinculada à construção; não mais como um desenho em si mesmo, mas como proposta de edificação, vinculando claramente o desenho a processos construtivos. O espaço de produção da arquitetura na FAU deve ser o ateliê – e não mais os estúdios em escritórios profissionais, prática tradicional hoje questionada – e a CG deve assumir a tarefa de transformar os ateliês em verdadeiros laboratórios de produção.

Retomando, o Prof. Sawaya volta a criticar o conceito corrente de projeto em sua forma fragmentada, na qual se estabeleceu uma divisão entre a sabedoria [de projeto] e o desenvolvimento tecnológico dos segmentos da construção. Esta divisão gera um retrocesso, no sentido de que os arquitetos não têm se apropriado adequadamente da tecnologia e abrem mão de recursos típicos de projeto arquitetônico em favor de soluções técnicas adotadas sem maior reflexão – como por exemplo, os sistemas de ar-condicionado em contraposição ao estudo refinado de insolação e ventilação visando o conforto térmico intrínseco das

edificações. Evoca os trabalhos do Prof. Zanettini na linha de arquitetura-ação como uma experiência importante de ser assimilada e generalizada. Em seguida refere-se ao entendimento profundo da função morar como outro componente central da formação do arquiteto, que envolve a necessidade de permanente reflexão histórica e de pesquisa sobre o assunto.

O Prof. Dario Montesano manifesta dúvidas sobre a adequação da forma pela qual o conhecimento tem sido transmitido aos alunos da FAU. Reconhece existir um discurso rico, mas questiona se ele corresponde àquilo que os alunos precisam receber. Recomenda que se estude com maior cuidado como o aluno se desenvolve e de que maneira precisa receber o conhecimento para que este efetivamente se incorpore em seu processo de formação.

A Profa. Helena Ayoub ressalta, na linha de preocupação sobre adequação didática, a sobreposição de conteúdos com disciplinas de outros departamentos. Sugere que em disciplinas como Geometria Aplicada, ministrada no 1º semestre por professores do Departamento de Tecnologia da Arquitetura, deva haver uma ligação estreita com os trabalhos desenvolvidos nas disciplinas de Projeto. Ressalva, no entanto, reconhecer que tal articulação apenas se viabiliza no âmbito de uma proposta didática mais ampla e não como iniciativa isolada.

Em seguida o Prof. Marcos Acayaba retoma a discussão sobre o papel do ateliê na formação do arquiteto e destaca sua função de instrumento para repercutir as transformações que estão acontecendo na profissão, fazendo uma analogia com o papel da clínica médica na formação dos alunos da Faculdade

de Medicina. Dá como exemplo caso em que a FAU deveria ter se manifestado publicamente, em termos profissionais, os do Eixo Tamandateí, proposto pela prefeitura de Santo André e o desenvolvimento urbano ao longo das avenidas Marginal do Tietê e Marginal do Pinheiros em São Paulo, sobre o qual o laboratório de projeto da FAU, caso implantado, poderia se antecipar. Reforça a necessidade de se propor um novo trabalho de ateliê no plano didático, que venha a incorporar experiências até hoje não absorvidas na estrutura de ensino de graduação da FAU, em especial as de cultura e extensão.

Em aparte o Prof. Arnaldo Martino sugere que laboratórios ligados à FUPAM poderiam desenvolver pesquisas de projeto em profundidade, de maneira a permitir engajamento dos alunos no processo de produção real da arquitetura e rebatê-los no processo de ensino. Aduz o Prof. Dario Montesano que além do processo científico há que se considerar o processo artístico [envolvido na pesquisa do projeto].

Fazendo uso da palavra, a Profa. Maria Luiza Correa destaca a função da arte como conhecimento. Evoca a proposta de ensino do Prof. Villanova Artigas para FAU, que tinha como propósito ampliar o campo de trabalho dos arquitetos. Defende a implantação de uma estrutura de ensino fortemente ligada à prática profissional e à pesquisa.

Em aparte, o Prof. Dente adverte que o debate e a formulação de propostas de ensino envolve o risco de sermos muito pretenciosos, no sentido de ditar procedimentos com base em discussões conceituais distantes da realidade dos alunos. Recorda que o Prof. Artigas, quando formulou propostas de ensino

para a FAU, foi buscá-las entre os alunos e que nós, docentes, temos hoje o dever de fazer essa elaboração contando com a sensibilidade, o desejo e o empenho dos alunos. Não se pode, segundo o Prof. Dente, formar uma “academia de sábios encastelados” e apresentar um modelo pronto de estrutura didática. Em apartes complementares, os professores Sawaya e Martino manifestaram sua concordância, destacando o primeiro não haver intenção de uma tal reflexão isolada dos alunos e o segundo, que o processo de reforma será necessariamente lento e sofrido.

O Prof. Antonio Carlos Sant’Anna Jr. faz referência ao momento particularmente delicado por que passa o Departamento de Projeto, no qual são notórias as dificuldades de um relacionamento mais proveitoso entre os professores. Ressalta ser a atividade de projeto uma prática de síntese e ser importante trabalhar com a realidade. Nesse sentido é importante que o laboratório de arquitetura já aludido venha a ter como tema de base a *cidade* e não mais o *edifício*. Critica o fato de em uma experiência de projeto urbano como a do Eixo Tamandateí, promovido pela prefeitura de Santo André, arquitetos franceses, espanhóis e portugueses tenham assumido um papel de formulação e condução das propostas básicas, quando a universidade poderia – se adequadamente organizada – assumir esse papel. Para isso é preciso que se incorpore o *fazer* na prática da arquitetura – resgatando a importância do construir – uma vez que a fragmentação do conhecimento é que tem levado a FAU a esse estado de imobilidade diante das questões mais importantes da arquitetura. Com respeito à situação específica do GD - Pro-

17

jeto de Edificações, recorda que o grupo hoje conta com 17 professores contra 28 há cerca de dois anos. Não faz sentido, nesse contexto, permanecer “trancado” nos grupos de disciplina.

Para o Prof. Siegbert Zanettini, a FAU tem pago um preço alto por uma herança de ter nascido complexa, heterogênea e divergente no momento em que se separou da [faculdade de] engenharia. Ao longo desse percurso [sua estrutura didática evoluiu para] tentar uma convergência entre objetos que não se combinavam: a história, centrada [na análise de] projetos individuais; a tecnologia, com uma visão parcial do processo (a leitura das “páginas pares” dos textos de tecnologia); o projeto fragmentado em cinco áreas. Evocando proposta de sua autoria relativa ao ensino de projeto, de 1974, afirma que passados 25 anos as recomendações seriam as mesmas. Observa que a FAU não tem conseguido estruturar-se de uma maneira contemporânea e que não tem se alterado, como instituição. Para superar esse impasse é preciso fazer convergir a produção tanto pensante como a elaboração dos trabalhos e abordar [o problema do ensino na FAU] como uma questão de estrutura e não apenas de conteúdos.

Essa mudança estrutural, defendida pelo Prof. Zanettini, inclui transformação da FAU em um ambiente lúdico, aberto a novos caminhos, à mudança de professores de um departamento para outro, a dissolver questúnculas das várias disciplinas e a fazer a história do presente e do futuro [em contraposição a fazer apenas a história do passado]. Não vê como uma produção integrada e complexa de conhecimento possa ser traduzida hoje dentro da FAU. Atribui os problemas estruturais a que se refere também à concepção de um campus universitário frag-

mentado, composto por escolas que não se falam entre si. O Prof. Zanettini afirma não ver saída para isso, mas [sugere não obstante que se devam] fazer experiências, permitir ao ambiente ser lúdico, juntar equipes complexas, com contribuição de outras faculdades. Por isso reafirma a necessidade de um repensar não de conteúdos, mas de operacionalização [prática], que lhe parece mais fundamental para abrir novos caminhos. Menciona a inadequação do espaço físico da FAU para essa transformação em um espaço atual de produção e afirma ser necessário incorporar a idéia de que o prédio da FAU *pode* ser mudado, de maneira a se transformar em um ambiente digno e urbano. Os trabalhos da FAU devem internalizar as práticas da arquitetura brasileira de fim de século, uma nova tecnologia – não aquela de que se fala no Departamento de Tecnologia da Arquitetura – e uma nova forma projetual. Afirma que enquanto isso não for feito, não haverá ludismo no espaço da FAU, que é importante um processo de somar modestamente.

A representante discente Giselle Tanaka chama atenção para dois pontos a seu juízo fundamentais que foram discutidos até então. Um da adequação da estrutura pedagógica e outro da atualidade dos conteúdos abordados/trabalhados na FAU. Apon-ta problemas que vão desde a alienação de uma parcela de alunos de classe média com pouco contato com a cidade em seu todo, até a falta de método para abordar questões de projeto e a complexidade indevida [para o estágio particular de andamento do currículo escolar naquele momento]. Menciona a dificuldade que os alunos sentem em começar os trabalhos propostos, no sentido de não ter clareza sobre onde se deve – e se pode –

chegar em cada trabalho, e muitas vezes, sentem falta de instrumentos adequados de projeto que lhes permitam desenvolver e expor propostas com o nível de complexidade que desejariam.

O Prof. Fleury, por parte da CG, manifestou satisfação pelo nível elevado das contribuições trazidas ao debate, no que foi secundado pelo Prof. Minoru, também da CG, que ressalta serem as questões levantadas elementos essenciais para o processo de convergência de esforços a que se propõe a CG.

Os professores Khaled Goubar e Julio Maia, que participaram dos trabalhos a partir do convite da CG, extensivo a todos os docentes da FAU, manifestaram-se na condição professores de seqüências outras, que não a do GD - Projeto de Edificações, em torno do qual se concentraram os trabalhos da seção ora relatada. Ambos ressaltaram a importância central que reconhecem no GD - Projeto de Edificações na estrutura de toda a FAU. O Prof. Khaled abordou em particular a necessária aproximação entre tecnologia e projeto e o estímulo que as questões suscitadas representam para que o ensino da tecnologia possa melhor atender às necessidades de trabalho em projeto. O Prof. Julio Maia manifestou sua aprovação às idéias fundamentais e ressaltou a importância de que se crie uma disposição a fazer, no sentido de executá-las.

Retomando a palavra, o Prof. Dario Montesano reiterou a importância de se resgatar no ensino de projeto o vínculo com as perspectivas profissionais, ressaltando o fato deste vínculo abrir um caminho mais adequado para o trabalho [de projeto] socialmente mais útil. Em aparte final, o Prof. Dente argumenta que o principal desafio está em se mudarem as estruturas e os valores no plano do ensino, que essa mudança de enfoque tem que alterar procedimentos de ensino e de aprendizado, a partir dos quais o aluno deve ser confrontado de outra maneira com a memória e com o exercício profissional.

Encerrando os trabalhos o presidente da CG agradeceu a presença expressiva dos docentes do GD - Projeto de Edificações e reiterou a importância central que a CG reconhece nos conteúdos programáticos de projeto de arquitetura para a estrutura de ensino da FAU, com repercussões e vínculos que extrapolam os limites das disciplinas formalmente agrupadas neste GD. Observou que as posições externadas deixam transparecer mais convergências do que divergências, em que pese críticas severas formuladas com respeito às práticas de ensino hoje vigentes na FAU. Essas críticas são necessárias e o reconhecimento dos problemas existentes em toda a sua complexidade é passo inicial indispensável para o encontro de soluções.

a FAU
pensa a
graduação
Ciclo de Debates

**Quadro-síntese e Relatório das reuniões
com professores**

2. GD-Conforto Ambiental (AUT)

Data: 27 de abril de 1999

Presentes pelo GD-Conforto Ambiental

Anésia Barros Frota, Denise Helena Silva Duarte, Joana Carla Soares Gonçalves, João Gualberto de Azevedo Baring, José Fernando Cremonesi, José Jorge Boueri Filho, Marcia Peinado Alucci, Moacyr Paulista Cordeiro, Paulo Sérgio Scarazzato

Presentes pela CG-FAU

Ricardo Toledo Silva, Silvio Soares Macedo, Ana Lúcia Duarte Lanna, José Luiz Fleury de Oliveira, Giselle M. M. Tanaka

Docentes de outros GD's

Sueli Ramos Schiffer

2.1 Quadro-síntese

disciplinas	semestre ideal	créditos		carga horária
		aula	trabalho	
obrigatórias				
AUT-0246 Conforto Ambiental – Ergonomia	1º e 2º	4	0	60
AUT-0248 Conforto Ambiental - Iluminação Natural e Artificial	1º e 2º	4	0	60
AUT-0250 Conforto Ambiental - Conforto Térmico	3º e 4º	4	0	60
AUT-0252 Conforto Ambiental – Acústica	3º e 4º	4	0	60
AUT-0254 Conforto Ambiental – Integração Interdisciplinar	6º e 7º	2	2	90
AUT-0256 Conforto Ambiental - Integração Interdisciplinar II	6º e 7º	2	2	90
optativas				
AUT-0201 Conforto Ambiental: Desempenho de Componentes Construtivos	6º	2	2	90
AUT-0203 Antropometria Aplicada à Habitação	5º ou 8º	4	-	60
AUT-0205 Ergonomia em Equipamentos para Uso Público Produzidos Industrialmente	5º ou 10º	3	1	75
AUT-0207 As Janelas: Funções, Características e Requisitos de Desempenho	5º ou 7º	4	0	60
AUT-0209 Eficiência Energética no Ambiente Construído	6º ou 8º	4	0	60

2.2. Relatório da reunião com professores¹

Trabalhos abertos pelo presidente da CG-FAU, que explicou aos presentes os objetivos dos debates e a organização básica dos tópicos de discussão.

A Profª. Anésia Frota descreveu a estrutura das disciplinas obrigatórias de Conforto Ambiental, em um total de 6. Inicialmente são oferecidas 4 disciplinas com conteúdos de ergonomia, iluminação, conforto térmico e acústica, que se distribuem do 1º ao 4º semestre. O GD - Conforto Ambiental já instituiu desde aproximadamente 10 anos um sistema de oferta, que permite aos alunos cursarem de forma alternada as disciplinas alocadas em cada um dos semestres de cada ano, de maneira a trabalhar com turmas menores e ter mais flexibilidade na acomodação das necessidades de cada um ao longo do curso. Assim, um aluno de primeiro ano tanto pode cursar ergonomia no 1º semestre e iluminação no 2º, como o contrário; analogicamente um aluno de 2º ano pode alternar entre acústica e conforto térmico nos dois semestres.

Essa mesma flexibilidade também vai ser observada dos 6º ao 8º semestre, quando são oferecidas as disciplinas de Conforto Ambiental – Integração Interdisciplinar I e II, com a formação alternada de três e duas turmas em cada uma das disciplinas, respectivamente, nos semestres considerados ideal e não ideal, sem pré-requisitos entre elas. Nestas disciplinas

mais avançadas, o aluno deve integrar os conhecimentos das diferentes áreas de conforto ambiental vistas ao longo das disciplinas básicas em projetos de aplicação.

Os trabalhos das disciplinas avançadas – conhecidas como “Confortão” I e II – incluem aulas em ateliê com trabalhos práticos de aproximadamente 14 horas em prancheta por semestre.

Explica a Profa. Joana Gonçalves que a disciplina básica de Conforto Térmico (AUT-250) é dedicada a um entendimento dos conceitos mais importantes relativos à matéria, enquanto que a aplicação desses conceitos no projeto do edifício se dá mais tarde, no “Confortão”. Nestas disciplinas a primeira metade é dedicada a aulas conceituais – que versam tanto sobre os conceitos básicos como sobre novos aspectos a considerar – e a segunda metade a projeto desenvolvido no horário de aula.

Respondendo a questão do Prof. Silvio Macedo, da CG, a Profa. Joana esclarece que os projetos sobre os quais se aplicam os conceitos de conforto são desenvolvidos desde o início pelos próprios alunos e que deveriam ser melhor discutidos os critérios para aceitação de projetos já existentes ou em desenvolvimento no âmbito de outras disciplinas. Explica que a aceitação não pode ser automática, porque para fins de aplicação de princípios de conforto, o projeto deve definir – além das principais relações espaciais – outros quesitos. No seu entender, os alunos têm apresentado domínio suficiente das técnicas de projeto para fazer as aplicações solicitadas em conforto. Esclarece ainda que os exercícios de aplicação a que se refere chegam a

(1) Gravação prejudicada na maior parte. Relato predominantemente baseado em anotações.

um nível aproximado de estudo preliminar com muitas idéias específicas sobre conforto mais desenvolvidas.

O presidente da CG questiona sobre como um projeto preliminar pode conter elementos suficientes de informação para fins de conforto ambiental, se não seria necessário um desenvolvimento pelo menos até o nível de preexecução.

Em resposta a Profa. Márcia Alucci esclarece que as aplicações incluem cálculos de carga térmica e outros elementos técnicos que normalmente não fazem parte dos estudos preliminares de edificações. Questiona o por que do retorno ao estudo de conceitos básicos nas disciplinas mais avançadas – “Confortão” – e pondera que o lapso de tempo entre as disciplinas faz com que grande parte dos conceitos ministrados inicialmente sem aplicação em exercícios práticos, acabe se perdendo.

Em aparte a Profa. Joana recorda que as características ideais das simulações em projetos ainda são uma questão em aberto, em discussão pelo grupo. Seguiu-se uma longa discussão sobre a possibilidade e conveniência de se aproveitarem os trabalhos produzidos em ateliê para as disciplinas de projeto, na qual interferiram os professores Fernando Cremonesi, Denise Duarte, Moacir Cordeiro, Anésia Frota, Joana Gonçalves, Jorge Boueri, Márcia Alucci e Silvio Macedo. Todos concordaram, ao final, que o mais interessante seria trabalhar com projetos integrados envolvendo tanto as disciplinas de Projeto de Edificações como as de Conforto Ambiental. No entanto essa integração deve ser precedida por um entendimento específico entre os professores dos dois grupos, tendo em vista compatibilizar os programas e os trabalhos de cada semestre.

A representante discente Giselle Tanaka atribui parte das frustrações relativas a um aprofundamento limitado das simulações em conforto ao fato de os projetos serem levados apenas em nível de estudo preliminar, como já anteriormente apontado pelo presidente da CG. Acrescenta que outra parte das frustrações se deve ao fato de que os elementos de conhecimento aprendidos em conforto jamais são aplicados em outras disciplinas do curso, especialmente em Projeto de Edificações, o que é questionado pelo Prof. Fleury ou por falta de tempo ou por falta de solicitação da parte das disciplinas de projeto. A representante discente esclarece que é mais por falta de solicitação, agravada pelo fato de que os alunos são pouco motivados a estabelecer as ligações devido à sobrecarga e dispersão dos trabalhos solicitados pelas várias disciplinas da FAU.

Para a Profa. Anésia Frota um outro desafio ainda em aberto é como ensinar conforto já desde o primeiro ano, para que os alunos aprendam a pensar o projeto já com essa preocupação. O Prof. Paulo Scarazzato pondera que para o ensino de iluminação no 1º semestre lança mão de elementos de geometria, de insolação e fator de forma para os quais os alunos não apresentam condições plenas de assimilação. Vê como agravante das condições de ensino o elevado número de alunos por turma. Entende que o início da seqüência de disciplinas do grupo no segundo ano de curso seria mais produtiva e tornaria mais exequível a integração como o projeto.

Em intervenção, o Prof. Boueri recorda que no primeiro ano os alunos têm grande motivação e boa vontade, o que poderia ser melhor explorado pelas várias disciplinas. Atribui à inade-

quação dos cursos de primeiro ano uma grande perda de motivação que depois pesa negativamente contra o ensino. Em aparte o Prof. Silvio Macedo relata ter constatado que, entre as disciplinas do Departamento de Projeto, essa decepção tem ocorrido mais ao longo do segundo ano, quando os alunos começam a se defrontar com uma maior dispersão de atividades. Concluindo a intervenção, o Prof. Boueri exorta a que se aproveite melhor os recursos humanos, que são muito bons.

Complementando as considerações sobre dificuldades de ensino em geral, o Prof. Cremonesi menciona a inadequação do espaço físico da FAU para o desenvolvimento de atividades integradas. A escola deveria sofrer uma reestruturação profunda, que permitisse aos alunos desenvolverem projetos integrados, que reunissem pontos de vista de diferentes disciplinas de maneira que um mesmo trabalho servisse de instrumento de avaliação para múltiplas disciplinas. Sugere ademais que professores dos diferentes grupos de disciplinas, não pertencentes ao Departamento de Projeto, fossem alocados em aulas de ateliê, junto com os professores de projeto.

Para o Prof. Silvio Macedo a resolução desses problemas passa por uma discussão profunda centrada mais sobre a estrutura didática da FAU do que sobre os conteúdos das disciplinas. Em aparte o Prof. Scarazzato critica o fato das disciplinas de conforto – como todas as do AUT – constarem do currículo escolar como *teóricas*. Segundo ele essa forma de inserção limita as possibilidades de aprofundamento prático e a própria liberdade do professor aprofundar técnicas didáticas mais próximas à prática profissional.

O Prof. João Gualberto Baring levanta novamente o problema da distância entre os momentos em que são dados os conceitos básicos e quando se vão aplicar esses conceitos em projeto. Pondera que em muitos casos o aprendizado das bases pode ser satisfatório, mas que algo falha na finalização do processo de transposição desse conhecimento para a prática. Pondera que se deve ampliar a ênfase na aplicação dos conhecimentos desde o início e deixar de lado a idéia de dar primeiro toda a teoria. Reforça a idéia de trabalhos que sirvam de avaliação para múltiplas disciplinas e sugere a adoção de *temas interdepartamentais de trabalho* a cada semestre ou a cada ano.

Apoiando a idéia, a Profa. Joana recorda que freqüentemente bons alunos deixam de assistir aulas importantes em final de curso porque estão ocupados finalizando trabalhos para avaliação. Em aparte o presidente da CG pondera que essa prática põe em xeque a própria finalidade do trabalho, que mais do que uma mera peça de avaliação, deveria ser um elemento ativo de formação do aluno e jamais servir como pretexto para deixar de participar em aulas.

A Profa. Denise Duarte sugere que deve ser procurado um novo equilíbrio entre teoria e prática no ensino do Conforto Ambiental, de maneira que se tragam mais elementos de projeto para o próprio ensino da teoria e não apenas levar a teoria para a prática do projeto. Em aparte o Prof. Silvio Macedo esclarece que os trabalhos de Projeto de Edificações, em ateliê, dificilmente têm atingido estágio de detalhe maior que o de estudo preliminar e que isso certamente dificulta a interação pretendida.

24

A Profa. Márcia Alucci recorda que à parte as questões de interação com outros grupos – em particular com o de Projeto de Edificações, conforme repetidamente citado ao longo dos debates – restam questões internas importantes a serem resolvidas pelo GD - Conforto Ambiental. Entre elas destaca a possível reunificação das disciplinas de “Confortão” I e II, a opção por iniciar a seqüência no primeiro ou no segundo ano de curso, a criação de disciplina obrigatória sobre manejo de programas computacionais em conforto térmico. Em aparte o Prof. Silvio Macedo sugere considerar também a estrutura de disciplinas

optativas como elemento de integração, que poderiam vir a caracterizar trabalhos de ateliê interdisciplinar.

Encerrando os trabalhos, o presidente da CG lembrou ser missão central desta comissão a promoção do entendimento entre os professores das várias disciplinas da FAU, e que findo o ciclo de debates presente, que inclui todos os GDs dos três departamentos, um dos primeiros processos de interação bilateral a ser implantado deve ser o dos GDs Projeto de Edificações e Conforto Ambiental.

a FAU
pensa a
graduação
Ciclo de Debates

**Quadro-síntese e Relatório das reuniões
com professores**

3. GD-História da Arquitetura (AUH)

Data: 27 de abril de 1999

Presentes pelo GD-História da Arquitetura

*Beatriz Mugayar Kühl, Júlio Roberto Katinsky, Maria Lúcia
Bressan Pinheiro*

Presentes pela CG-FAU

*Ricardo Toledo Silva, Sílvio Soares Macedo, Ana Lúcia Duarte
Lanna, José Luiz Fleury de Oliveira*

Docentes de outros GD's

Não registrados

Outros

Estela M. Alves (Representante discente AUH)

3.1 Quadro-síntese

disciplinas	semestre	créditos		carga
	ideal	aula	trabalho	horária
obrigatórias				
AUH-0136 História e Teorias da Arquitetura e Urbanização I (1848-1945)	1º	4	0	60
AUH-0138 História e Teorias da Arquitetura I	3º	2	0	30
AUH-0140 História e Teorias da Arquitetura II	4º	2	0	30
AUH-0142 História e Teorias da Arquitetura III (Brasil)	5º	2	0	30
AUH-0144 História e Teorias da Arquitetura IV	6º	2	0	30
AUH-0146 História e Teorias da Arquitetura V	7º	2	0	30
AUH-0148 História e Teorias da Arquitetura VI	8º	2	0	30
optativas				
AUH-0101 Arte e Arquitetura no Brasil nos Três Primeiros Séculos	5º ao 8º	2	0	30
AUH-0107 Arquitetura Religiosa no Brasil	5º ao 8º	2	0	30
AUH-0109 História da Arquitetura Contemporânea	5º ao 8º	2	0	30
AUH-0115 Moradias Paulistas	5º ao 8º	2	0	30
AUH-0117 Arte e Arquitetura no Brasil nos Séculos XIX e XX	3º ao 8º	2	0	30
AUH-0119 História da Paisagem Brasileira	3º ao 8º	2	0	30
AUH-0121 Estética do Projeto Arquitetônico	3º ao 8º	2	0	30
AUH-0123 Arte, Arquitetura e Urbanismo em Portugal	3º ao 8º	2	1	60
AUH-0125 Arquitetos Paulistas	3º ao 8º	2	0	30
AUH-0127 Conservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico	7º e 8º	4	0	60

3.2. Relatório da reunião com professores¹

Trabalhos abertos pelo presidente da CG-FAU, que explicou aos presentes os objetivos dos debates e a organização básica dos tópicos de discussão.

Inicialmente a Profa. Maria Lúcia Bressan Pinheiro expôs os objetivos do GD no processo de formação do arquiteto nos temas que seguem:

Fornecer repertório de obras de arquitetura para que os alunos possam reconhecer o contexto [em que suas atividades profissionais venham a ter lugar];

Fornecer subsídios específicos [das obras analisadas] para os trabalhos de projeto;

Mostrar como a obra de arquitetura reflete o ambiente econômico/social de cada época.

As disciplinas do grupo, segundo a Profa. Maria Lúcia, têm por objeto mais a metodologia de trabalho que a passagem de informações, sendo a história da arquitetura enfocada mais do ponto de vista de instrumento de projeto do que de elemento de erudição.

Os conteúdos das disciplinas do grupo partem de um módulo inicial que combina conteúdos de história da arquitetura com estudos da urbanização, construindo um panorama do período que vai da Revolução Industrial ao momento atual. Essa combinação de conteúdos inclui as disciplinas AUH-136, da seqüência de História da Arquitetura, e AUH-231, pertencente ao GD - Estudos de Urbanização. Caracteriza-se, nessa abordagem, uma cronologia

(1) Gravação prejudicada na maior parte. Relato predominantemente baseado em anotações.

menos rígida que a observada no passado, quando os alunos eram postos inicialmente em contato com a arquitetura antiga e apenas chegariam ao contemporâneo ao final de toda a seqüência.

A forma como os conteúdos são hoje organizados no GD - História da Arquitetura contempla a preocupação desde início externada pela Profa. Maria Lúcia no sentido de conferir às disciplinas do grupo um caráter instrumental mais forte na formação do arquiteto. Ao ser confrontado já de início com questões da atualidade, o interesse e os vínculos com as arquiteturas mais antigas tornam-se mais fortes.

Após o módulo inicial, já no segundo ano de curso, a seqüência volta para conteúdos mais distantes no tempo, abordando desde a arquitetura do Egito e Mesopotâmia até o gótico no 1º semestre, passando para renascimento, maneirismo e barroco no 2º. Já no terceiro ano de curso são abordadas as arquiteturas do Brasil Colonial, em seqüência ao maneirismo e barroco e, em seguida, a arquitetura do século 19 na Europa. O quarto ano é dedicado ao estudo da arquitetura do século 20, inclusive, os movimentos moderno e pós-moderno, porém com poucas referências à arquitetura brasileira contemporânea.

O presidente da CG observou ter sido esta uma lacuna notada pelos docentes do GD - Projeto de Edificações e que seu preenchimento seria importante para que se atingisse a plenitude dos objetivos declarados pelo próprio GD - História da Arquitetura, no sentido de privilegiar conteúdos relevantes para a formação profissional do arquiteto. Em aparte o Prof. Fleury manifesta

estranheza pelo fato de que nos processos de revalidação de diplomas estrangeiros, quase sempre são exigidas dos interessados provas de conhecimento sobre arquitetura brasileira, inclusive com a realização de exames específicos na FAU. Apon-ta para a situação paradoxal em que se pode estar exigindo mais conhecimento sobre conteúdos de arquitetura brasileira contemporânea dos candidatos a revalidação de diplomas estrangeiros do que dos próprios alunos formados pela FAU.

A Profa. Maria Lúcia esclareceu que tais conteúdos são em gerais aprofundados em disciplinas optativas. O presidente da CG ponderou que mesmo assim, dependendo das opções específicas feitas por cada aluno, de fato é possível formar-se na FAU sem um conhecimento adequado de arquitetura brasileira contemporânea e sugeriu que as disciplinas obrigatórias da sequência passassem a contemplar uma maior proporção de conteúdos sobre arquitetura brasileira.

Em discussão que envolveu todos os presentes ponderou-se que mesmo admitindo um maior grau de internacionalização em um processo de formação supostamente mais adequado para as exigências de uma economia dita “globalizada”, os arquitetos com maior expressão internacional – ou com maiores chances de se afirmar no “mercado global” – são os que valorizam e preservam suas raízes e identidades nacionais.

Voltando à análise das disciplinas do grupo, agora mais sobre as optativas, os membros da CG presentes observaram que há uma grande proporção de disciplinas sobre São Paulo e relativamente pouco conteúdo sobre arquitetura brasileira dos séculos 19 e 20. Sugerem, como possível ponto de aprofundamento para

todos os GDs da FAU, o estudo sistemático das disciplinas optativas em suas relações com as obrigatórias e os conteúdos mínimos que devem contemplar na condição de complementos destas.

Respondendo a questão do Prof. Fleury sobre a abordagem de conteúdos de arquitetura indígena, a Profa. Maria Lúcia esclarece que esta apenas é contemplada na medida em que tenha influenciado a arquitetura portuguesa.

Em discussão mais ampla sobre as relações entre disciplinas obrigatórias e optativas, com base no observado em cada uma das reuniões com GD até agora realizadas, pertencentes aos três departamentos da FAU, os membros da CG observam que, em geral, os GDs não têm como prática corrente o acompanhamento e a atualização dos conteúdos de disciplinas e que, de maneira geral, os conselhos de departamentos têm se dedicado quase exclusivamente a questões administrativas e de formalidade das estruturas curriculares em detrimento das questões de conteúdo. Por outro lado a própria CG, ao instituir o debate ora em curso, também se via afogada por solicitações formais e encargos de natureza administrativa, o que acaba por caracterizar – na Faculdade em seu todo – uma falta de canais para aprofundamento das discussões sobre conteúdo.

Em intervenção sobre as relações entre disciplinas obrigatórias e optativas da FAU em geral e do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto em particular, o Prof. Júlio Katinsky pondera que se deve levar em consideração três pontos fundamentais: a sintonia histórica [dos conteúdos]; o papel burocrático dos órgãos [de fixação dos currículos] e o papel estruturante de alguns professores.

Sobre a sintonia histórica faz referência à proposição de Goethe, segundo a qual se inicia a abordagem histórica no presente para depois chegar ao passado. Ressalta existirem problemas atuais de arquitetura que não se resolvem apenas com o conhecimento da realidade atual e que a recorrência ao passado se faz a partir da busca de soluções a esses problemas. Argumenta que existe uma sintonia histórica entre os assuntos abordados pelas diferentes seqüências de disciplinas do AUH e que a ligação entre os conteúdos de Fundamentos, de História da Arte, de História da Técnica, de História da Arquitetura e de Estudos de Urbanização se faz por meio [do estudo] da cidade.

No que respeita a formalidade das estruturas curriculares originais, o Prof. Katinsky recorda que não havia necessidade de se estabelecer disciplina(s) obrigatória(s) específica(s) sobre arquitetura brasileira, uma vez que esta era parte proeminente da arquitetura mundial mais importante. Argumenta que no conceito de disciplinas obrigatórias e optativas deve-se atribuir às primeiras os conteúdos relativos à formação de uma visão de conjunto das matérias e às segundas os conteúdos de aprofundamento específico. Estes [os conteúdos das disciplinas optativas], dividem-se em duas grandes categorias: uma das disciplinas monográficas, que corresponde a pesquisas já feitas pelos professores responsáveis; outra das disciplinas de pesquisa cooperativa, que corresponde a processos em curso nos quais professores e alunos juntos buscam formar um novo conhecimento.

Comentando as observações da CG sobre a não inclusão sistemática de questões de conteúdos nas discussões de grupos de disciplinas e conselhos de departamento, o Prof. Katinsky ma-

nifesta que, a seu juízo, essas instâncias devem limitar-se a aprovar – e não propor – conteúdos, recordando que existe uma autonomia do docente que deve ser respeitada. Muitas vezes, segundo ele, as disciplinas optativas abordam assuntos que ainda estão no limite do desconhecido e uma atitude mais diretiva por parte dos departamentos sobre conteúdos poderia cercear seu potencial criativo.

Sobre o terceiro ponto levantado, relativo ao papel central de alguns professores na estruturação do ensino na FAU, o Prof. Katinsky argumenta que um dos problemas maiores com que se defrontam as comissões de graduação e de pesquisa é não ter sabido transformar experiências profissionais de arquitetura e urbanismo em metodologia científica aplicada à arquitetura e urbanismo. Menciona o fato de a Comissão de Pesquisa também estar realizando – como a de Graduação – reuniões sistemáticas com docentes da FAU, tendo em vista trabalhar por um processo de aprendizado de grande versatilidade. Destaca ser o espectro de preocupação profissional do arquiteto, hoje, mais vasto que nos tempos dos grandes mestres do passado.

O Prof. Silvio Macedo, retomando o assunto da carga horária, comenta que os alunos têm se queixado sobre o fato de haver muitas disciplinas e pouco tempo para a realização dos trabalhos. Em particular refere-se às limitações de tempo para leitura dos vários textos recomendados nas disciplinas dos departamentos de História da Arquitetura e Estética do Projeto e o de Tecnologia da Arquitetura. Entende o que os docentes das disciplinas de História e de Tecnologia devem preocupar-se em ensinar como ler da forma mais adequada os textos indicados.

Menciona ademais os trabalhos de maquetes das disciplinas de História da Arquitetura e de Estudos de Urbanização no primeiro ano, que tomam um tempo de trabalho superior às cargas horárias de trabalho previstas nas disciplinas envolvidas.

A Profa. Ana Lanna pondera que o curso da FAU é de período integral e que o tempo de dedicação não se esgota no estrito período de aula na Faculdade. Entende ser necessário um esforço de racionalização e que uma possível solução nesse sentido são as propostas de trabalhos comuns a múltiplas disciplinas.

A aluna Estela Alves – representante discente no conselho do AUH – mencionou que muitas vezes os alunos lêem outros textos que não os diretamente solicitados nas disciplinas, porque têm interesse no assunto. Em aparte o Prof. Silvio Macedo defende a necessidade de um levantamento do conjunto das leituras solicitadas aos alunos, tendo em vista verificar sua exequibilidade.

Retomando o encaminhamento de possíveis medidas para a racionalização dos trabalhos no GD - História da Arquitetura, a Profa. Maria Lúcia aventa a possibilidade de se promover a entrega de trabalhos antes do fim de cada semestre, de maneira a evitar a sobrecarga típica desse período. Em aparte o Prof. Silvio Macedo sugere que se estude a possibilidade de integrar os trabalhos em que são exigidas maquetes com os de disciplinas do Departamento de Projeto, tendo em vista aproveitar melhor os esforços dispendidos em sua confecção. A Profa. Maria Lúcia concorda em princípio, mas ressalva que, do ponto de vista do ensino da História da Arquitetura, o processo de trabalho envolvido na confecção das maquetes é voltado essencialmente ao exercício de entender como o edifício se organiza e

que a qualidade final do modelo confeccionado não é tão importante como o seria, caso fosse utilizado como instrumento de representação de projeto.

A representante discente junto ao AUH ponderou que no caso de disciplinas como as do GDPA existe alocação de tempo para desenvolvimento dos trabalhos em horário de aula e que este não é o caso das disciplinas do AUH em geral. Esse fato demarca uma diferença importante entre as disciplinas, que pode eventualmente dificultar o aproveitamento dos modelos para ambas as finalidades.

Os trabalhos foram encerrados pelo presidente da CG, que resumiu os principais pontos de discussão que, por seu caráter abrangente e importância, dizem respeito à estrutura de ensino de graduação da FAU em geral e do AUH em particular, destacando:

- O papel dos grupos de disciplinas e dos conselhos de departamento na definição e acompanhamento de conteúdos de ensino e pesquisa – em contraposição ao envolvimento hoje predominante sobre questões administrativas e formais;
- A articulação entre disciplinas obrigatórias e optativas formando estruturas coesas de instrumental básico e de aprofundamento para cada uma das áreas de conteúdo em torno das quais se definem os GDs nos três departamentos;
- A sintonia histórica/cronológica na periodização desenvolvida a cada semestre pelos cinco GDs do AUH;
- A necessária ênfase na arquitetura brasileira contemporânea a ser melhor inserida nos conteúdos programáticos de disciplinas dos três departamentos da FAU.

a FAU
pensa a
graduação
Ciclo de Debates

**Quadro-síntese e Relatório das reuniões
com professores**

4. GD-Estudos de Urbanização (AUH)

Data: 24 de maio de 1999

Presentes pelo GD-Estudos de Urbanização

*Marta Dora Grostein, Nestor Goulart Reis Filho, Rebeca Scherer,
Regina Maria Prospero Meyer*

Presentes pela CG-FAU

*Ricardo Toledo Silva, Silvio Soares Macedo, Ana Lúcia Duarte
Lanna, José Luiz Fleury de Oliveira*

Docentes de outros GD's

Não registrados

4.1 Quadro-síntese

disciplinas	semestre	créditos		carga
	ideal	aula	trabalho	horária
obrigatórias				
AUH-0234 História e Teorias da Arquitetura e da Urbanização II (1945-1980)	2º	4	0	60
AUH-0236 Estudos de Urbanização II	4º	4	0	60
AUH-0238 Estudos de Urbanização III	5º	4	0	60
optativas				
AUH-0201 Urbanização em São Paulo nos Séculos XIX e XX	5º ao 8º	2	0	30
AUH-0203 Teorias da Urbanização Contemporânea	5º ao 8º	4	0	60
AUH-0209 As Capitais do Brasil	5º ao 8º	2	0	30
AUH-0211 Cidades Paulistas	5º ao 8º	2	0	30
AUH-0213 Planejamento no Brasil	5º ao 8º	2	0	30
AUH-0215 Análise do Espaço Urbano e Regional	5º ao 8º	2	0	30
AUH-0221 Assentamentos Urbanos Populares	5º ao 8º	2	0	30
AUH-0223 Elementos de Fotointerpretação e o Planejamento Urbano	5º ao 8º	2	0	30
AUH-0225 História do Planejamento Urbano no Município de São Paulo	5º ao 8º	4	0	60
AUH-0227 Elementos para uma Teoria do Urbanismo. A Tradística da Cidade	5º ao 8º	4	0	60
AUH-0229 Intervenção na Cidade Existente: Percursos no Desenho Urbano	7º e 8º	4	0	60
AUH-0231 Demografia e Urbanização	5º ao 8º	4	0	60
AUH-0233 A Praça como Arquitetura	3º ao 8º	2	0	30
AUH-0235 A Forma Plástica Urbana	3º ao 8º	4	0	60
AUH-0237 Urbanização e Urbanismo no Brasil	6º	2	0	30
AUH-0239 Questões Fundamentais para o Estudo da História da Urbanização e Urbanismo	3º ao 8º	4	0	60

Conforme

Estrutura Curricular 1999-2000. Ver *Informações Gerais & Programas de Graduação*. São Paulo: FAUUSP, 1999.

4.2 Relatório da reunião com professores

Trabalhos abertos pelo presidente da CG-FAU, que explicou aos presentes os objetivos dos debates e a organização básica dos tópicos de discussão. Com base nas discussões havidas com o CG - História da Arquitetura, sugere como foco inicial a relação entre disciplinas obrigatórias e optativas no processo de integralização dos conteúdos da seqüência. Observa ter constatado falta de vínculos claros entre disciplinas obrigatórias e optativas nas discussões até agora havidas, propiciando a abertura de lacunas indesejáveis na formação dos alunos.

A Profa. Rebeca Scherer pondera que algumas disciplinas optativas podem ser consideradas aprofundamento de conteúdo de obrigatórias, mas não se estabelece uma regra segundo a qual todas devam sê-lo. O grupo procura preservar dois tipos de disciplinas optativas, um daquelas vinculadas aos conteúdos de obrigatórias e outra aos conteúdos de pesquisa. Reconhece, no entanto, que tanto um como outro devem ter uma forma de encadeamento mais clara.

A Profa. Marta Dora Grostein observa que é preciso reconhecer a existência de um hiato entre o desejável e o que de fato acontece. Por mais que seja necessária a existência das duas vertentes de disciplinas optativas citadas, não existe de fato uma estrutura que as conecte. O que pode existir de conexão é espontâneo e não decorre de uma estrutura predeterminada. A lógica de conexão entre as disciplinas, segundo a Profa. Marta Dora, é objeto de discussão permanente no AUH, mas dificilmente praticada.

Respondendo a questão levantada pelo presidente da CG sobre a diversidade de conteúdos das diferentes disciplinas da FAU e reconhecimento de que não se pode ter um único enfoque tido como certo na relação entre obrigatórias e optativas, a Profa. Regina Meyer esclarece que, muitas vezes, estas têm um papel de compensação de lacunas de conteúdo das obrigatórias. Esta condição é certamente diversa daquela de complementação/aprofundamento aventada pelo presidente da CG.

Retomando os conceitos básicos que orientam a criação de disciplinas optativas, o Prof. Nestor Goulart Reis define os dois tipos a que se referiu a Profa. Rebeca em termos de disciplinas de caráter monográfico – quando aborda aspectos específicos de um conhecimento já consolidado – e de caráter de pesquisa, quando os alunos são integrados a um processo aberto, no qual o professor está trabalhando em seu cotidiano. Esta última vertente, conforme relata o Prof. Nestor, vem ao encontro do que se fazia nos laboratórios, complementando as atividades de disciplinas de caráter monográfico. Refere-se, também, ao fato de que nas diferentes unidades da USP há enfoques muito variados sobre a importância relativa das disciplinas optativas. Em algumas unidades [as disciplinas optativas] são consideradas menos importantes e ministradas pelos docentes menos experientes, o que contrasta com a importância atribuída a esse tipo de disciplina no curso de arquitetura e urbanismo.

A seguir o presidente da CG pondera que no currículo atual da FAU, os conteúdos profissionais mais profundos estão em sua

maioria distribuídos nas optativas e – voltando ao exemplo já evocado no debate com o GD - História da Arquitetura – cita o caso da arquitetura brasileira contemporânea, contemplada quase que exclusivamente em optativas. Sugere o presidente que ou bem se reconduz os conteúdos mais importantes para as disciplinas obrigatórias, mediante profunda reformulação de todo o curso, ou bem se reconhece sua importância vital para o curso em todas as instâncias decisórias e para todos os efeitos cabíveis, inclusive mediante vínculos e controles mais fortes nas estruturas didáticas de cada GD.

A Profa. Marta Dora explica o fato de as optativas hoje abrigarem parte significativa de conteúdos essenciais à formação do arquiteto por serem mais flexíveis para fins de atualizações e adaptações do que as obrigatórias. Estas, para qualquer modificação envolvem procedimentos mais rígidos, complexos e demorados, inclusive – no caso de alterações de carga horária – disputas por distribuição e horários entre os grupos de disciplina. O estabelecimento de novos acordos com respeito à distribuição de conteúdos de disciplinas obrigatórias constitui um dos grandes desafios do curso de graduação hoje na FAU.

Em aparte o Prof. Nestor nota que as obrigatórias tornaram-se rígidas e infensas a modificações mais profundas por se terem pouco a pouco constituído em “propriedades” de alguns docentes ou grupos.

Retomando a questão das opções estratégicas sobre como distribuir conteúdos entre disciplinas obrigatórias e optativas, o presidente da CG sugere que não deve existir medidas isoladas em relação a uma ou outra, uma vez que elas se condicionam

mutuamente. Se a opção for por manter a máxima autonomia possível aos docentes e GD na criação, modificação e extinção das optativas, é preciso reestruturar as obrigatórias no sentido de garantir que *todos* os conteúdos mais importantes para a formação do arquiteto sejam nelas incluídos. Se for por manter conteúdos essenciais nas optativas, então tem que haver menos autonomia e maior controle sobre sua conexão com as estruturas programáticas das obrigatórias. O que não dá é para manter simultaneamente os atributos de máxima autonomia e de conteúdos essenciais em optativas, pois isso traria o risco de lacunas inadmissíveis na formação profissional.

Para o Prof. Nestor, a segunda alternativa é a mais correta, pois define melhor as áreas de conteúdo e é mais coerente com as estruturas de pesquisa e de pós-graduação. Pondera que as vocações específicas de cada aluno no curso de arquitetura são muito diversificadas e que uma maior flexibilidade na escolha de conteúdos é importante para que se aproveite melhor o potencial de cada um. É preferível o aluno aprofundar-se sobre as áreas para as quais tem mais vocação e fazê-las bem feitas do que se dedicar a todas por igual em uma estrutura composta predominantemente por disciplinas obrigatórias.

Para a Profa. Marta Dora, outro aspecto importante a ser considerado na perspectiva de reestruturação do curso de graduação é a diferenciação nítida entre objetivos de integração e de articulação entre disciplinas. A confusão entre esses dois conceitos muitas vezes impede que se avance na discussão sobre objetivos comuns na formação. Por exemplo, o que ocorre no primeiro ano do curso com respeito às seqüências de História

da Arquitetura e Estudos de Urbanização é um processo de integração, mas essa integração apenas se concretiza em um avanço se as duas vertentes de ensino forem articuladas em torno de objetivos comuns. Em aparte a Profa. Regina Meyer explica tratar-se da diferença entre simplesmente acumular tarefas que não se relacionam muito claramente e somar esforços de duas áreas.

Referindo-se à integração das seqüências de História da Arquitetura e Estudos de Urbanização no primeiro ano, a Profa. Marta Dora argumenta que faltam elementos de articulação. Da forma como hoje são dadas as disciplinas de integração o GD - História do Urbanismo de fato se ressentido de uma perda de 4 horas em sua carga de obrigatórias, sem beneficiar-se dos avanços de uma compreensão mais ampla da matéria.

Em aparte o Prof. Nestor explica que isso se deve essencialmente à forma parcial como tem sido enfocados os conteúdos de urbanização. Aquelas disciplinas abordam de fato apenas uma história do *urbanismo*, sem deter-se no entendimento mais profundo do processo de urbanização nos períodos estudados. Esse enfoque, segundo o Prof. Nestor, certamente beneficia a compreensão da história da arquitetura, mas é muito limitado no que respeita os conteúdos de história da urbanização. Estes são complexos e não se aprendem mediante desenho de praças e fachadas.

Para a Profa. Marta Dora, as especificidades do urbanismo e da urbanização não podem ser diluídas na formação do arquiteto. Em aparte a Profa. Rebeca argumenta que a articulação entre conteúdos não se pode fazer mediante simples superposição física [de projetos de arquitetura e de urbanismo], pois o con-

teúdo objetivado é a história da urbanização e não a dos projetos urbanísticos. Para ela as lacunas como as citadas sobre o entendimento do Brasil contemporâneo – que chega no máximo a 1950 na seqüência de disciplinas obrigatórias – só podem ser preenchidas mediante um “enxugamento” destas, visando abrir espaço para esses conteúdos.

O presidente da CG destaca ter observado uma convergência importante entre os conceitos até agora externados pelos docentes deste GD e os de História da Arquitetura, no sentido da preocupação comum com a inserção de conteúdos de Brasil e contemporâneos em suas respectivas áreas.

Retomando o problema do ensino da história da urbanização contemporânea no Brasil, a Profa. Marta Dora sugeriu que se considerasse a possibilidade de abrir novas disciplinas básicas com esse escopo. Em aparte a Profa. Rebeca recorda que a integração História da Arquitetura/Estudos de Urbanização no primeiro ano – em vigor desde 1983 – foi fundada com o objetivo comum de trabalhar o contemporâneo no momento em que o aluno inicia o curso, de maneira a aproveitar sua expectativa com relação ao projeto e seu contato com o mundo externo. Destaca que existe um empenho verdadeiro da parte dos docentes do AUH em acertar nessas escolhas e nessa integração.

Respondendo a indagação do presidente da CG, a Profa. Marta Dora esclarece que, de maneira geral, os professores diretamente envolvidos no processo de ensino do primeiro ano – de ambos os grupos – estão satisfeitos com os métodos e resultados atuais. O presidente da CG observa que também no caso do Departamento de Projeto, os professores diretamente envolvidos

com as disciplinas integradas de primeiro ano defendem a experiência, sendo as críticas sobre a integração em geral provenientes dos docentes de disciplinas mais avançadas na seqüência.

Refletindo sobre as possíveis alternativas de reforma para o AUH, a Profa. Rebeca pondera que o ensino de história na FAU é muito diferente do ensino de história na FFLCH. Para a formação do arquiteto a reflexão histórica tem por finalidade a compreensão da realidade atual sobre a qual deve agir e nesse sentido não cabe uma harmonização estritamente cronológica dos períodos abordados.

Em aparte a Profa. Ana Lanna questiona como se pode aliar a necessária articulação entre conceitos, evocada por vários dos docentes do AUH, e a maior diversidade de campos de abrangência das optativas, também defendida por todos.

Para o Prof. Nestor, a articulação conceitual deve ser feita principalmente no âmbito das disciplinas básicas e constituir – junto com a despersonalização – um dos principais objetos de revisão dessas disciplinas. É importante que se estabeleça um patamar básico de entendimento profissional a partir do qual se desenvolva o aprofundamento por área, de maneira que os interlocutores envolvidos em diferentes áreas possam trocar idéias e experiências com segurança de que este patamar básico é entendido por todos. Quanto às optativas, na perspectiva de implantação das tutorias, cada aluno deveria ter uma “cesta” definida por área de aprofundamento.

A Profa. Regina Meyer opina que seria muito importante para essa articulação estabelecer um entendimento comum sobre os períodos históricos abordados e principais inflexões nesses

períodos. Reconhece que existe uma tentativa de harmonização cronológica na abordagem das diferentes disciplinas do AUH, mas pondera que não existe um entendimento comum sobre a demarcação de determinados períodos. Para alguns professores, argumenta o contemporâneo é quase sinônimo [da construção] de Brasília; para outros abrange um período muito maior. Exemplifica, no entendimento da cronologia como objeto de diferentes leituras, o caso de Hobsbawn, que conceitua o século 20 se iniciando após a I Grande Guerra, contra outras alternativas de periodização. Nesses termos a inversão cronológica que se pratica logo no início do curso [familiaridade inicial com o contemporâneo para retroceder no tempo mais adiante curso] torna-se “delirante”, pois nem há uma explicação [aos alunos] do porque ela é feita [e nem como os conceitos de contemporâneo são articulados]. Argumenta que a periodização e as inflexões são elas mesmas [formas de] interpretação.

O presidente da CG observa que a cronologia posta nesses termos difere daquilo que foi exposto pelos docentes do GD-História da Arquitetura e que seria muito importante uma harmonização conceitual nesse sentido entre todos os GD do AUH.

A Profa. Rebeca recorda que por volta de 1978 foi estabelecida uma periodização comum que abrangia também o GD - Fundamentos Sociais, mas na prática não ocorreu uma efetiva harmonização devido às diferentes necessidades de uma e outra seqüência. O ponto de partida, pelo lado dos Estudos de Urbanização são as origens da urbanização e, pelo lado de Fundamentos, a formação de cidades na Baixa Idade Média. Para ela, isto ocorre porque os recortes de história são diferentes

para uma e outra finalidade: história da urbanização centra-se em recortes particulares do espaço [urbano] e fundamentos, em processos e estruturas dinâmicas. Em resumo, o ponto de partida [da periodização] de fundamentos não é necessariamente o mesmo de Estudos de Urbanização.

O Prof. Silvio Macedo questiona se, do ponto de vista dos alunos, a [reconstrução da periodização em cada seqüência], não acaba parecendo uma grande repetição de um mesmo assunto. Informa receber com freqüência queixas dos alunos nesse sentido.

O Prof. Nestor responde que de fato, no âmbito das disciplinas básicas é necessário fazer uma discussão circunstanciada sobre a redundância. A sensação de redundância e repetição tende a ocorrer especialmente quando os cursos de primeiro ano são dados com um caráter “panorâmico”, sendo cada um dos assuntos então abordados, retomados mais tarde, de forma mais sistemática e aprofundada. Esse tipo de disciplina “panorâmica”, que freqüentemente envolve um número elevado de docentes em classe simultaneamente, ocupa a seu juízo um espaço indevido na estrutura curricular. Ressalva, porém, não ser uma redundância entre conteúdos abordados por diferentes seqüências de disciplinas, mas por básicas e optativas de uma mesma seqüência. Volta a mencionar a importância das disciplinas optativas, em um conceito de cursos mais maduros, que deverão formar diferentes estruturas baseadas em fundamentos bem determinados. Defende a idéia de “árvores de opções” formadas por conjuntos de disciplinas optativas, conectadas entre si mediante pré-requisitos, mantendo uma proporção significativa de opções abertas, mas com eixo definido. Na disputa pelas vagas nessas disciplinas

haveria, em decorrência da “árvore” de pré-requisitos, prioridade aos alunos com vínculo temático sobre os que viessem a fazer as opções devido a meras acomodações entre necessidade de créditos e disponibilidade de horário. Em exemplo sobre interação de disciplinas segundo essa proposta, deixa claro poderem ser os vínculos de pré-requisitos entre disciplinas estabelecidos entre aquelas de diferentes GDs e diferentes departamentos.

A Profa. Ana Lanna observa que hoje a carga de disciplinas optativas é extremamente baixa e que para funcionar um sistema como o sugerido pelo Prof. Nestor haveria necessidade de aumentá-la, contra uma diminuição na carga de disciplinas básicas [obrigatórias].

Encerrando os trabalhos, o presidente da CG manifesta sua concordância com essa observação e reitera ser necessário assumir com clareza uma opção estratégica no curso de graduação acerca dos conteúdos das disciplinas optativas e de sua importância na formação dos arquitetos, em estruturas didáticas harmonizadas com as respectivas disciplinas básicas. Ressalta que grande parte do debate nesta seção foi dedicado ao papel das optativas e que esse fato em si mesmo atesta a importância que esse tipo de disciplina tem na estrutura curricular da FAU, em que pese o fato de essa relação poder ser menos importante em outros cursos de graduação da USP. Entende que disciplinas optativas organizadas em redes articuladas como proposto pelo Prof. Nestor podem vir a ter um outro sentido, muito mais importante e dinâmico na estrutura didática do curso de graduação, aliando estabilidade e uniformidade de conteúdos básicos à inovação constante de conteúdos avançados.

a FAU
pensa a
graduação
Ciclo de Debates

**Quadro-síntese e Relatório das reuniões
com professores**

5. GD-Paisagem e Ambiente (AUP)

Data: 27 de maio de 1999

Presentes pelo GD-Paisagem e Ambiente

*Catharina Pinheiro C. dos Santos Lima, Klara Kaiser Mori, Maria
Angela Faggin Pereira Leite, Paulo Renato Mesquita Pellegrino,
Silvio Soares Macedo*

Presentes pela CG-FAU

*Ricardo Toledo Silva, Silvio Soares Macedo, Ana Lúcia Duarte
Lanna, José Luiz Fleury de Oliveira, Minoru Naruto, Giselle M. M.
Tanaka*

Docentes de outros GD's

Não registrados

5.1 Quadro-síntese

disciplinas	semestre ideal	créditos		carga horária
		aula	trabalho	
obrigatórias				
AUP-0650 Arquitetura da Paisagem	2º	6	2	150
AUP-0652 Arquitetura da Paisagem	3º	6	2	150
AUP-0608 Fundamentos de Projeto (*)	1º	12	4	300
optativas				
AUP-0651 Desenho da Paisagem Urbana	8º e 9º	6	2	150
AUP-0653 Paisagismo: Projeto de Plantação	8º e 9º	6	2	150
AUP-0655 Paisagismo: Praça	8º e 9º	6	2	150
AUP-0657 Paisagismo: Sistemas de Espaços Livres	8º e 9º	6	2	150
AUP-0659 Paisagismo: Parque Urbano	8º e 9º	6	2	150

Conforme Estrutura Curricular 1999-2000. Ver *Informações Gerais & Programas de Graduação*. São Paulo: FAUUSP, 1999.

(*) Disciplina comum aos GDPR, GDPL, GDDI, GDPA, GDPV.

5.2 Relatório da reunião com professores

Trabalhos abertos pelo presidente da CG-FAU, que explicou aos presentes os objetivos dos debates e a organização básica dos tópicos de discussão.

A Profa. Maria Angela Faggin Pereira Leite inicia a apresentação das disciplinas do grupo relatando que de maneira geral os alunos iniciam seus contatos com os conteúdos do GD com uma visão ainda bastante distorcida de qual seja o escopo das disciplinas. Muitos chegam com o entendimento simplista de que “paisagismo é plantação de jardins”. De fato esse entendimento tem origem na forma como as disciplinas eram dadas no passado, que privilegiavam o desenho de jardins e a definição de espécies vegetais para esse fim. No entanto, o enfoque atual das disciplinas do grupo envolve um conteúdo profundo de projeto da paisagem, que abrange a concepção dos espaços livres [externos] das edificações e dos sistemas urbanos.

Em aparte o presidente da CG indaga se os conteúdos hoje ministrados no GD - Paisagem e Ambiente abrangeriam também a área de projeto urbano – no sentido mais tradicional do *urban design* americano – ao que a Profa. Maria Angela esclareceu que não.

Aprofundando a explicação sobre o escopo atual das disciplinas do grupo, o Prof. Paulo Pellegrino mostrou existirem duas escalas de paisagem consideradas como objeto das duas vertentes principais de estudos e pesquisas em Paisagem e Ambiente. Uma corresponderia ao ambiente externo, adjacente às edificações, designada de maneira geral como *arquitetura da*

paisagem, bastante relacionada com o uso cotidiano da edificação, outra, correspondente ao ambiente externo de um conjunto de edificações ou de um segmento da estrutura urbana, designada genericamente por *planejamento da paisagem*. A seqüência de disciplinas do GD é iniciada com a escala de arquitetura da paisagem, sendo o planejamento da paisagem visto mais adiante.

Complementando, a Profa. Catarina esclarece que também é objeto de preocupação das disciplinas do grupo o processo de interação entre essas duas escalas, de maneira a entender como as decisões sobre as pequenas intervenções têm influência sobre o todo e, vice-versa, como os grandes [espaços] percebem e alteram os pequenos.

Em função dessa interação entre escalas, a Profa. Maria Angela explica que uma dificuldade com que o GD tem se defrontado é como designar os professores por disciplinas. Não existe, segundo ela, uma seqüência de escalas rigidamente determinada, que implique em uma organização nítida de objetos independentes. Outra característica comum do desenvolvimento das disciplinas do GDPA é o trabalho com a cidade como representação do fenômeno urbano, em qualquer das escalas de abordagem mencionadas. Em aparte o presidente da CG observa ser este um ponto de convergência com parcela expressiva dos docentes de Projeto de Edificações, que também externaram a preocupação em ver a edificação sempre como parte da cidade e não como entidade isolada.

42

Retomando a discussão sobre o enfoque específico do GDPA, a Profa. Maria Ângela esclarece que neste grupo o fenômeno urbano é visto a partir de sua visualidade e que não trabalham no plano da teoria urbanística ou de planejamento. Aos alunos é sempre solicitado visitarem os lugares objeto de análise para que trabalhem sobre essa forma particular de apreensão visual da realidade.

O Prof. Pellegrino explica que na escala do projeto, as disciplinas de Arquitetura da Paisagem inicialmente abordam elementos do terreno, como grade e modelado, formando um “pacote” de informações técnicas características da escala da arquitetura. Existe também um outro “pacote” de informações técnicas que é característico da escala de planejamento [da paisagem] que inclui tanto a percepção dos processos socioculturais que formaram a estruturação paisagística atual, como aqueles que formaram a paisagem pré-humana, ou seja, os processos naturais que antecedem a ocupação da área. Implica entender a inserção da paisagem urbana em um sistema natural maior, como parte de sustentação [desse sistema maior]. Para o desenvolvimento de propostas que atendam às necessidades da sociedade e que tenham sustentabilidade ambiental é imprescindível o entendimento dessas duas naturezas de processos formadores da paisagem.

Para a Profa. Catarina é importante demarcar três conceitos associados à abordagem explicada pelo Prof. Pellegrino. Primeiro o de *ambiente*, como articulação entre processos da sociedade e suporte biológico. Segundo, a *paisagem* como representação da articulação anterior, definida como ambiente. Terceiro, os

espaços livres (incluindo lagos, praças, sistema viário e outro), como mote [no sentido de campo de ação] das intervenções sobre a paisagem e o ambiente. Em aparte a Profa. Maria Ângela explica o terceiro conceito em termos da articulação entre os sistemas construídos e os espaços não edificados. Complementando, o Prof. Pellegrino define o produto do plano [de intervenção sobre a paisagem e o ambiente] como o *sistema de espaços livres*, do qual a praça, a quadra, etc. são componentes. A proposta de intervenção deve estabelecer relações entre esses componentes para que o conjunto passe a funcionar realmente como um sistema e não como [simples somatória de] componentes pontuais. Este tipo de proposta de articulação, em linhas gerais, é o produto pedido aos alunos na disciplina básica de Planejamento da Paisagem.

O presidente da CG pondera que essas explicações tornam bem mais claros, para os que não atuam nessa área, os objetos do trabalho do GDPA e sugere que esses esclarecimentos devam ser importantes para vários outros professores e alunos da FAU.

O Prof. Silvio Macedo ressalta que esses conteúdos não são isolados do espaço construído e que há fortes relações com o projeto urbano que devem ser consideradas. A Profa. Maria Ângela, concordando, considera que seria impossível fazer a integração proposta [entre espaços livres e ambiente construído] sem considerar o espaço construído. Para o Prof. Pellegrino é essencial [em um plano ou projeto de intervenção sobre a paisagem] considerar a localização/implantação dos elementos edificados e prever sua articulação. É indispensável,

nesse processo, trabalhar com uma preconfiguração das edificações, inclusive, em termos de altura e volumetria.

Para o Prof. Minoru os conteúdos descritos integram um conjunto [de conteúdos] cuja origem é uma abordagem discutível de como se forma o arquiteto ou de como se entende sua inserção na produção do espaço em geral. Quando [os docentes do GD PA] falam de espaço livre fica claro que quem se preocupou com o espaço construído não assumiu responsabilidade de pensar o espaço como um todo. Entende ser inadmissível pensar o espaço construído e não considerá-lo em seu todo [inclusive espaços livres]. Por isso sugere que a eventual discussão sobre o ensino do paisagismo não prescindia de uma discussão mais profunda sobre o processo de formação do arquiteto. Para ele é preciso considerar a falta de articulação entre espaços edificados e espaços livres como uma falha no processo tradicional de formação do arquiteto.

O Prof. Pellegrino pondera que o conhecimento [das diversas áreas] foi se avolumando com o tempo e que a oportunidade que o arquiteto tinha até o início do século de manobrar uma massa diversificada de informação [abrangendo todas as áreas] e que essa atitude hoje, com o grau de especialização existente, já não é mais possível.

O Prof. Minoru destaca que sua crítica refere-se ao entendimento estreito da arquitetura como sendo exclusivamente o projeto do espaço construído. Defende que o projeto da paisagem e do ambiente [por especializado que seja] deve ser reconhecido como parte da arquitetura. A Profa. Maria Ângela concorda e cita caso em que profissionais de projeto entendem paisagismo apenas

como instrumento auxiliar para definir materiais de pavimentação no lote. A Profa. Catarina, na mesma linha, cita casos a seu ver absurdos, de alunos que desenvolvem estudos de edificações inicialmente descolados dos terrenos para depois definir o(s) terreno(s) em que coubesse(m) os edifícios propostos.

O presidente da CG alerta sobre uma distância indevida entre os processos de ensino de paisagismo e de projeto de arquitetura (em sentido estrito) na FAU. Sugere que a CG venha buscar uma inserção mais orgânica das disciplinas do GDPA no curso de graduação, destacando seu papel como parte integrante da formação do arquiteto, sem deixar de reconhecer – como ressaltado pelos docentes do GDPA – a especificidade de seus conteúdos.

O Prof. Silvio Macedo relata experiência integradora recente que vem tendo lugar no primeiro ano, na qual os professores do GDPA têm trabalhado todo o tempo nas conexões com outros GDs, dando ênfase à visão espacial em três dimensões no estudo de morfologia da paisagem. Os conteúdos mais específicos de paisagismo são remetidos a disciplinas optativas – em número de 5 – que abordam parques urbanos, praças, vegetação como elemento de projeto, [espaços abertos em] áreas centrais e desenho da paisagem urbana [em abordagem interdisciplinar, com professores convidados de outras áreas]. Ressalva ainda que por específicos que sejam, os conteúdos dessas optativas são voltados à formação de arquitetos na relação do espaço construído com a paisagem [e não são consideradas disciplinas para formação de paisagistas].

A Profa. Klara Kaiser enfatiza o caráter de interesse para arquitetos [em contraposição à formação de especialistas em

paisagismo] mesmo no caso de disciplinas mais específicas que abordam estudos da vegetação. Explica que a vegetação é estudada principalmente dos pontos de vista dos requisitos e de carga simbólica [associada às diferentes alternativas de cobertura vegetal], sempre subordinada a princípios de projeto que envolvem exigências específicas e associações adequadas [entre espaço construído e paisagem]. O mesmo se aplica aos estudos sobre praças e parques, que aprofundam sobre seu significado urbano, associando elementos construídos e vegetação. Para a Profa. Klara cada um desses elementos constitui aspecto específico de um sistema de equações no qual o objeto de trabalho é sempre o espaço urbano. A Profa. Catarina aduz que o espaço livre, mesmo sem uma edificação implantada, tem uma arquitetura. A vegetação e outros componentes da paisagem são estruturantes do espaço livre, de forma análoga aos componentes da edificação – como pilares, pisos, tetos.

O Prof. Silvio refere-se à falta de base teórica em disciplinas de projeto como um ponto comum a todas as áreas do departamento e pondera que hoje, parte dessas lacunas vem sendo preenchidas no âmbito das próprias disciplinas do GD. Em aparte a professora esclarece tratar-se o conteúdo teórico referido essencialmente de referenciais de projeto e não do desenvolvimento sistemático de teoria.

Respondendo a questão do Prof. Fleury sobre as particularidades dessa teoria aplicada que vem sendo desenvolvida no GDPA, a Profa. Maria Ângela esclarece que as aulas citadas não pretendem constituir-se em um “corpo teórico de paisagismo”, mas entram como conteúdos necessários em determinados mo-

mentos [do processo] de projeto. Essas aulas são previstas nos programas de disciplinas para terem lugar exatamente nos momentos em que os conhecimentos sejam necessários ao projeto. Dá como exemplo o caso de planos urbanísticos relativos a áreas que venham sendo trabalhadas como objeto de estudo paisagístico: são estudados os aspectos relevantes do plano para aquela finalidade de projeto em curso e não feito um estudo aprofundado do plano urbanístico como tal. Define esses conteúdos teóricos localizados mais como informativos do que formativos. Reconhece existir lacunas na formação de uma cultura de paisagismo na FAU, inclusive, pela falta de uma abordagem específica sobre a história da arquitetura da paisagem por parte do AUH.

A representante discente Giselle manifesta ser esta desconexão entre teoria e prática um problema das disciplinas de ateliê em geral. Observa que os conteúdos teóricos das disciplinas dos departamentos de História da Arquitetura e de Tecnologia da Arquitetura jamais são utilizados – ou exigidos – nas disciplinas de ateliê. De maneira geral, a atitude dos alunos em ateliê, com relação à teoria, restringe-se a aplicar o pouco que é diretamente ministrado na disciplina [de Projeto] em si mesma e quase nunca os conteúdos das demais disciplinas do curso. Refere-se também a pressões da carga de trabalhos resultante da soma das várias disciplinas como um elemento inibidor do acompanhamento adequado de disciplinas teóricas, uma vez que pressionados pela necessidade de entregar trabalhos, os alunos tendem a deixar de lado as aulas teóricas que não envolvam exercícios em classe ou formas rígidas de con-

trole de presença, por mais interessados que possam estar em seus conteúdos.

A Profa. Ana Lanna pondera que isto leva a uma situação na qual as lacunas percebidas no âmbito de cada GD procuram ser resolvidas dentro do próprio grupo. Em aparte, o presidente da CG observa que essa prática inevitavelmente dá origem a inchaços e redundâncias já referidos nas discussões com outros grupos. Para a Profa. Ana Lanna, a constatação dessas lacunas envolve grande potencial de articulação e deveria dar origem a um processo intenso de colaboração entre os GDs. Essa colaboração poderia dar origem a uma nova dinâmica de trabalho na qual se cruzassem docentes de diferentes GDs e departamentos, diminuindo a estaqueidade das disciplinas e seqüências.

Para o Prof. Silvio Macedo uma forma de colaboração próxima a definida pela Profa. Ana pode ser observada entre as disciplinas de primeiro ano do Departamento de Projeto, para as quais se fixaram quatro grandes tópicos comuns e dentro das quais a contribuição do GDPA é fornecer elementos para um entendimento amplo da arquitetura.

Referindo-se ao processo de estruturação dos conteúdos de disciplinas básicas do GD-PA, a Profa. Maria Ângela recorda que inicialmente as disciplinas de paisagismo faziam parte do conjunto de planejamento urbano e regional. Com a criação do GDPA, em 1987, estabeleceram-se duas disciplinas obrigatórias, uma no primeiro e outra no quarto ano do curso. Na primeira, a abordagem era feita em escala do lote ao setor urbano e, na segunda, em escala regional. Havia solução de continuidade no processo de ensino porque ao intervalo de tempo [entre as disciplinas]

somava-se o salto de escala. Por ocasião da reforma curricular do AUP (1998) passaram a ter duas disciplinas obrigatórias em seqüência, no 2º semestre do primeiro ano e no 1º semestre do segundo ano e trouxeram a escala de abordagem da segunda disciplina do regional para o metropolitano. Refere-se também a Profa. Maria Ângela a uma falta de sintonia na abordagem sobre um mesmo objeto pelos diferentes GDs. O objeto do GDPA é a cidade, abrangendo desde a escala metropolitana até a de edificações e são muitas as manifestações de falta de sintonia, que acabam por prejudicar o estudo desse objeto comum. Alerta, por fim, que a divisão dos conteúdos para fins de estudo desse objeto tem se mostrado falha porque muitas vezes foi confundida, na FAU, com a divisão do mercado de trabalho. Esta acaba criando barreiras indevidas entre as áreas de conhecimento essenciais para a formação do arquiteto, uma vez que vários docentes se mostram rigidamente limitados – no plano do ensino – a seus campos de ação profissional externa à FAU.

Para a Profa. Catarina, um ponto crucial a resolver no processo de articulação entre disciplinas é o tratamento dos conteúdos limítrofes entre as áreas estabelecidas, para que não passem a gerar um número ainda maior de disciplinas. Relata que no processo de discussão sobre a reforma curricular do AUP, em várias ocasiões a identificação de conhecimentos nas áreas limítrofes dava ensejo à criação de novas disciplinas ao invés de se aproveitar a possibilidade de interação entre as áreas envolvidas.

O Prof. Silvio opina que essa tendência decorre da dificuldade que alguns docentes têm de abrir mão de seus “feudos” e que nessa medida tendem a internalizar tudo o que for possível, em

lugar de abrir o entendimento com outras áreas. Relata que na experiência em curso da grande disciplina integrada de Fundamentos do Projeto no 1º semestre, uma das características importantes é a disciplina “não ter dono” e com isso abrigar um processo mais equilibrado de diálogo entre as diferentes áreas envolvidas.

A Profa. Maria Angela identifica na raiz do embate entre as posições do departamento o vínculo de alguns docentes com uma visão estática da cidade, contrastando com a visão do GDPA que se obriga a selecionar um aspecto ou setor da realidade urbana para estudo, a cada semestre, de acordo com as mudanças que vão ocorrendo nessa cidade.

O presidente da CG indaga aos docente do GDPA se a eventual absorção de trabalhos de cultura e extensão como componentes do currículo escolar não poderia fazer o papel de catalisador de interesses e diminuir as barreiras hoje existentes, conforme aventado nas discussões com o GDPR.

Em resposta, os professores Silvio e Maria Angela destacam que isso depende das condições particulares de como se possa apresentar o trabalho externo. Eventualmente pode ser uma saída para atividades em disciplinas optativas, mas jamais em obrigatórias. Entendem que o aluno, ao longo do processo de aprendizado, não tem e nem pode ter o compromisso de produzir um projeto real, em condições de aplicação profissional. Para a Profa. Maria Angela, um projeto real pode ser limitante no processo de busca de soluções, uma vez que estabelece de antemão compromissos amarrados com determinadas alternativas. Em aparte, citando o caso de experiências na Faculdade de Direi-

to com estágios em escritórios, a Profa. Ana chama atenção para os riscos do trabalho profissional precoce, que pode cercear o espaço de pensamento, imaginação e criação do aluno. A Profa. Maria Angela observa ser também perigoso o engajamento dos alunos em projetos polêmicos, nos quais haja posicionamento muito engajado de professores. Além disso, pondera, a crise no mercado de trabalho é muito grande e remota a perspectiva de que a maioria dos alunos possa ser envolvida em equipes de trabalho de cultura e extensão de serviços à comunidade.

O presidente da CG observa que o envolvimento com a prática de projetos reais não implica necessariamente o engajamento dos alunos nas equipes oficiais que os estejam desenvolvendo, mas pode se dar pela elaboração de respostas críticas a projetos de grande impacto ambiental e urbano, na forma de projetos alternativos ou “propostas-sombra”. Dá como exemplo o debate em torno das propostas para o Eixo Tamanduateí, a partir de convite formulado pela prefeitura de Santo André a arquitetos estrangeiros e aventa a hipótese de que os alunos da FAU poderiam oferecer à sociedade propostas alternativas, mesmo que não convidados pelos promotores do projeto. Nesse sentido o envolvimento prático não dependeria da disponibilidade de inclusão no limitado mercado de trabalho externo, mas da conexão a temas atuais da cidade.

Os professores do GDPA, em geral, manifestam-se favoravelmente a essa possibilidade intermediária, mas observam que o gargalo no ensino de projeto, no AUP, não está na falta de atualidade dos temas, mas mais aquém, na formulação pouco ambiciosa e muito rígida dos trabalhos solicitados.

Para a representante discente Giselle, o problema maior dos projetos desenvolvidos nas disciplinas de ateliê é a falta de clareza de objetivos da ação de projeto, no sentido de questionar e buscar respostas mais profundas ao *por que* das solicitações de projeto tal qual formuladas. Em aparte, a Profa. Ana Lanna observa que na falta desse questionamento de objetivos, as solicitações feitas aos alunos passam como se fossem meras vontades momentâneas dos docentes, sem maior compromisso com a reflexão crítica.

Para o Prof. Minoru essa falta de objetivos também tem a ver com a dificuldade de aproximar o processo de aprendizado da produção da arquitetura. O Prof. Silvio entende não ser este o

ponto central, mas sim o acanhamento das propostas e temas trabalhados.

Encerrando os trabalhos, o presidente da CG destaca a importância da discussão havida no que respeita a convergência das várias áreas de ensino e pesquisa da FAU ao ensino de arquitetura. Observa que o empenho do GDPA na caracterização de seus conteúdos como parte estrutural do processo de aprendizado de arquitetura e não como área de especialização estranha a esta deve ser observado também por outros GDs de outros departamentos, para que se resgate a convergência de conteúdos que são de fato objeto da atuação do arquiteto, sem perder a diversidade que a enriquece.

